

## **Imprensa e política – o caso Belinati**

Fábio Alves Silveira (Depto. Comunicação Faculdade Metropolitana)  
[fabiosilveira@sercomtel.com.br](mailto:fabiosilveira@sercomtel.com.br)

Analisar o comportamento da imprensa no Caso Ama/Comurb é importante para entender o papel do jornalismo na sociedade de classes, sua atuação e sua importância enquanto instrumento político da classe dominante para legitimar e manter o seu poder. Não podemos perder de vista a complexidade do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e seus reflexos sobre a sociedade, que se torna mais heterogênea. No Caso Ama/Comurb, o que se vê é uma fração da classe dominante lutando para manter o poder político, fazendo uso de recursos públicos para pagar gastos da campanha eleitoral. O grupo no poder tenta expandir a sua parcela de poder, elegendo mais representantes em postos estratégicos, como no parlamento estadual e federal e no Poder Executivo estadual. A importância da imprensa nesse caso é que ela colabora com a manutenção do grupo em questão no poder.

O objeto deste trabalho é a forma como os dois jornais diários impressos de Londrina (Jornal de Londrina e Folha de Londrina) cobriram o escândalo de corrupção na administração pública municipal que veio à tona no ano de 1999, durante o mandato do ex-prefeito Antonio Belinati.

A partir de um estudo de caso desse episódio o trabalho pretende entender o papel desenvolvido pelo jornalismo na sociedade de classes. Entender porque mesmo em momentos de crise a imprensa consegue colaborar para a articulação de soluções dentro da ordem estabelecida, evitando discussões mais aprofundadas sobre os problemas sociais.

A reflexão é desenvolvida a partir da análise dos dois jornais diários impressos de Londrina (Jornal de Londrina e Folha de Londrina) entre março de 1999 e junho de 2000.

O Caso Ama/Comurb é interessante porque mostra que é possível a sociedade civil reagir e romper o cerco à divulgação das informações imposto pelo poder econômico – no caso Belinati, o principal motivo do “silenciamento” da imprensa é econômico – mesmo que a origem desse dinheiro seja a estrutura administrativa do poder público. É verdade que os movimentos sociais e sindicais, enfim, os movimentos que representam os interesses do trabalho, não conseguem ser hegemônicos nesse processo, que é conduzido por frações da classe dominante.

Numa leitura mais ampla acerca da imprensa sob o modo capitalista de produção, podemos dizer que o Caso Ama/Comurb mostra que é possível que os movimentos sociais avancem, no sentido de romper o isolamento imposto aos mesmos pelo monopólio das versões, reflexo da concentração dos meios de comunicação. Romper o isolamento através de mobilização, fazendo com que as lutas sociais alcancem uma dimensão que torne impossível que a imprensa burguesa os ignore é uma das saídas. Romper o isolamento usando meios alternativos para divulgar suas propostas e sua ideologia, como no caso da internet e dos jornais sindicais e de movimentos sociais, é outra saída para fugir da ditadura do pensamento único.

Entendemos que romper o isolamento que impõe o pensamento único – característica marcante dos anos 90, quando a ideologia neoliberal gerou um consenso nos meios de comunicação, principalmente na chamada “grande imprensa” – é importante para avançar no sentido da democratização da vida social. Para sustentar essa afirmação, partimos do princípio de que, a concentração dos meios de comunicação em poucas mãos se configura como uma ameaça à democracia sem rótulos, ameaça essa que precisa ser combatida pela sociedade civil e, principalmente, pelos movimentos sociais.

## **Imprensa e política – o caso Belinati**

Fábio Alves Silveira\*

GT6: Estado, meios de comunicação e movimentos sociais

### **Resumo**

O escândalo de corrupção conhecido como Caso Ama/Comurb, ocorrido entre 1998 e 2000 e envolvendo o então prefeito de Londrina, Antonio Belinati como figura central, pode ser objeto para uma profunda reflexão sobre o papel da imprensa sob o modo capitalista de produção. O comportamento da imprensa na cobertura desse caso é o objeto desta reflexão. Entre as questões a esclarecer, os motivos de fundo que levaram a esse comportamento. A resposta pode ser encontrada na formatação da notícia como mercadoria que é vendida no mercado de leitores. A credibilidade dos veículos de comunicação é decisiva para atuar nesse mercado, já que ela pode aumentar ou reduzir a aparência de valor de uso desses mesmos veículos.

### **Imprensa e Estado: Mitos e Realidade**

Um dos grandes mitos do discurso liberal é o de que a transformação da imprensa em empresa capitalista e a busca do lucro para garantir o financiamento, a independência e a sobrevivência econômica dos jornais garantem que a imprensa seja editorialmente independente do Estado e de grupos políticos. A venda do espaço publicitário é a principal forma de se obter esses lucros e garantir a pretensa independência. O problema do pensamento liberal é que ele esbarra no fato de que tanto a imprensa quanto o Estado têm origem na mesma classe social, o que nos leva a concluir que a tese da independência possível não passa de discurso vazio, como mostra Ciro Marcondes Filho. Ele lembra que o Estado moderno não se restringe ao monopólio e ao exercício da violência física para se impor à sociedade, mas também passa pela divulgação de valores ideológicos da classe dominante através de vários órgãos “diretamente ligados ou não à administração pública” (MARCONDES, 1986, p. 77). É nessa situação, na qual a classe dominante precisa praticar a sua “violência ideológica” impondo os seus valores à sociedade, que entra a importância da imprensa para a dominação burguesa.

---

\* Fábio Alves Silveira é Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, professor do curso de Comunicação Social da Faculdade Metropolitana-Iesb e membro do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL).

Embora a imprensa enquanto instituição (empresa privada) não faça parte do Estado, a ação de ambos, imprensa e Estado, os aproxima ideologicamente em função da origem de classe dos mesmos, em que pese o fato de a diferença entre eles ser clara e real. Considerando a idéia gramsciana de que a hegemonia burguesa na sociedade passa tanto pela coerção do Estado, a qual pode chegar até à violência física, quanto pela busca do consenso em torno dos valores e da ideologia da classe dominante, compreendemos o papel desempenhado pela imprensa nessa sociedade. Divulgando valores burgueses, a imprensa contribui decisivamente para a manutenção da hegemonia da classe dominante na sociedade, legitimando essa dominação através da busca do consenso.<sup>1</sup>

Enquanto os valores e a ideologia da classe dominante são divulgados aberta ou veladamente pelos veículos de comunicação, o Estado tenta manter a sua aparência de neutralidade diante das classes sociais, neutralidade que é apenas aparente. No Estado moderno, a burguesia governa para si, mas em nome de toda a sociedade, alegando que defende o interesse coletivo. Apesar da tentativa de aparentar neutralidade, existe uma unidade da política estatal com os interesses burgueses, unidade essa que faz com que não haja distanciamento entre as políticas estatais e os interesses da classe dominante e de suas frações, ainda que no âmbito de suas contradições possa haver espaço para as providências sociais.

Numa passagem de *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, Karl Marx (1978b) mostra como o aparelho estatal garante os interesses da burguesia, o que reforça nossa convicção de que o Estado tem origem na mesma classe social que detém os meios de comunicação:

Mas é precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal em suas numerosas ramificações que os interesses materiais da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais íntima. Aqui encontra postos para sua população excedente e compensa sob a forma de vencimentos o que não pode embolsar sob a forma de lucros, juros, rendas e honorários. Por outro lado, seus interesses políticos forçavam-na a aumentar diariamente as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal, enquanto tinha ao mesmo tempo que empenhar-se em uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e

---

<sup>1</sup> “O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a HEGEMONIA será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isso é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionem com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.” (GRAMSCI, 1968, p. 33)

recessosamente mutilar e paralisar os órgãos independentes do movimento social, onde não conseguia amputá-los completamente. A burguesia francesa viu-se assim compelida por sua posição de classe a aniquilar, por um lado, as condições vitais de todo o poder parlamentar e portanto inclusive o seu próprio, e, por outro lado, a tornar irresistível o Poder Executivo que lhe era hostil. (MARX, 1978b, p. 358)

## **Sensacionalismo**

Apesar do discurso liberal atribuir à imprensa a possibilidade de garantia das liberdades individuais, a concentração da imprensa, fruto da concorrência e da fase monopolista do capitalismo, representa um risco efetivo à democratização da vida social. Os jornais liberais tratam a notícia como mercadoria e como a afirmação ideológica das suas propostas. A mercadoria do jornal liberal é a informação sensacionalista e mutilada para tornar-se mais vendável. O sensacionalismo, principalmente na televisão serve para “educar” as massas para que elas permaneçam inertes, colaborando para a manutenção da ordem estabelecida.

Ainda sobre a imprensa sensacionalista, vemos em Ciro Marcondes Filho que ela funciona como uma espécie de compensação para evitar que os trabalhadores reflitam criticamente sobre as relações sociais de produção e como elas afetam a sua vida. A imprensa sensacionalista trabalha com as emoções, reforçando preconceitos sociais contra minorias e opositores políticos. Ela distrai as atenções e canaliza a energia e a violência das massas contra aqueles que não são os verdadeiros causadores dos seus problemas, incitam o justicamento como forma de equacionar o mundo dessas pessoas, levando à sensação de que a justiça tenha sido feita, mas mantendo intactos os responsáveis pela miséria (MARCONDES, 1986, p. 90).

## **Liberdade de Imprensa**

No século XIX, a burguesia assume a bandeira da liberdade de imprensa. O objetivo é combater as restrições impostas pelo Estado à atividade jornalística, que na época representava uma ameaça à ordem estabelecida. Para inibir o surgimento de novos jornais, o Estado taxava pesadamente essa atividade. Os jornais que pensavam em tratar de política em suas páginas recebiam taxas ainda mais pesadas. Na verdade, por trás da luta da burguesia pela liberdade de imprensa, não

está a luta pelo acesso universal à informação, mas a luta pela liberdade dos capitalistas para comercializar notícias. Eles estão preocupados apenas com o direito à liberdade empresarial, como ressalta Ciro Marcondes Filho.

Ao combater a censura e reivindicar a liberdade de imprensa, na realidade a burguesia quer trazer para si, para o capitalista que detém o poder econômico e a propriedade da empresa jornalística, o direito de decidir o que pode e o que não pode ser publicado pelo jornal. É uma forma de esvaziar o poder de veto do Estado sobre as informações que serão publicadas. Mas isso não significa obrigatoriamente que as informações divulgadas pela imprensa vão contrariar os interesses do Estado, já que, como vimos anteriormente, em função da sua origem na mesma classe social, Estado e imprensa têm interesses comuns.

Ao reivindicar liberdade de imprensa, a burguesia do século XIX está, na verdade, reivindicando liberdade econômica para a sua mercadoria – o jornal. É um período em que já existem os pressupostos tecnológicos para a venda em massa dos jornais, garantindo grandes possibilidades de lucros para os capitalistas (MARCONDES, 1986, p. 93). Como a liberdade política do empresário está na sua liberdade econômica, os capitalistas não querem freios para a imprensa, que a essa altura se mostra um negócio promissor.

Liberdade de imprensa, de fato, seria dar voz a todos os grupos existentes na sociedade, o que não acontece. O problema é agravado pela concentração das empresas de comunicação em poucas mãos. Com a conquista da liberdade para decidir quem fala e quem não fala, os capitalistas conseguem marginalizar setores já excluídos economicamente e socialmente. Nesse sentido, a luta pela liberdade de imprensa reivindicada pela burguesia não tem caráter democrático porque não abre espaço para a participação política das massas. A burguesia faz uso dessa liberdade para impor seus valores e sua ideologia e também para barganhar uma parcela cada vez maior de poder no interior do Estado (MARCONDES, 1986 p.96).

No Estado liberal contemporâneo, o controle estatal da informação através da censura ocorre em situações extraordinárias de instabilidade interna ou em períodos de ditaduras militares ou situações de exceção.

Por outras palavras, a forma mais comum de censura ou de controle das informações é o controle empresarial, através do poder econômico, seja ele do

capitalista da informação ou dos grandes anunciantes. O controle empresarial cria figuras “intocáveis” ou “incriticáveis” nas redações, ou seja, pessoas que jamais aparecem de forma negativa nas páginas dos jornais, pessoas essas calçadas pelo poder econômico. Com o poder que o empresário tem para definir o que entra ou não na pauta do jornal, ele define o que “acontece” ou deixa de acontecer na sociedade. Quando levantam a bandeira da liberdade de imprensa, na verdade os burgueses reivindicam para si o monopólio da censura. Ao tirar esse monopólio das mãos do Estado, a censura empresarial preserva os interesses dos anunciantes, de setores do governo e dos amigos dos donos do jornal (MARCONDES, 1986, p.100).

### **Estado e Financiamento**

O empréstimo milionário feito pelo BNDES em março de 2002 à empresa Globo Cabo, de propriedade das Organizações Globo – o grupo de comunicação mais poderoso do Brasil –, evitando que a empresa fosse à bancarrota, chama a atenção para uma preocupação proposta por Toussaint (1979): o financiamento dos veículos de comunicação e a dependência do Estado. O estudo da imprensa mostra que a forma de financiamento pode amarrar a linha editorial e a independência de um jornal ao interesse de grupos políticos e econômicos, principalmente quando é feita a opção pela empresa privada. Refletir sobre essa questão é essencial para entender o objeto dessa reflexão, que é o comportamento da imprensa na cobertura do caso Belinati, no qual a dependência financeira dos veículos de comunicação com relação às verbas publicitárias da Prefeitura de Londrina e do Estado do Paraná, onde Belinati exercia influência, inclusive tendo emplacado a sua esposa, Emília Belinati, como vice-governadora, foi decisiva para garantir o ‘silenciamento’ de vários veículos de comunicação com relação às investigações feitas pelo Ministério Público.

Toussaint (1979) alerta que, principalmente no caso dos jornais e revistas, eles não se pagam apenas com o dinheiro obtido com a venda nas bancas. O problema é agravado com a aquisição das novas tecnologias, que são mais caras e que, por isso, elevam os custos para a produção dos jornais. Como lembra a autora, “o preço do jornal é não-econômico: ele não obedece aos imperativos de uma gestão sadia que deseja que o preço de venda seja igual ou superior ao preço de

custo” (TOUSSAINT, 1979, p. 70-71). Isso acontece mesmo com a imprensa sendo produzida no interior de uma sociedade capitalista. Por outras palavras, os jornais e revistas são vendidos ao leitor por um valor inferior ao seu preço de custo.

Os altos custos levam à necessidade de buscar formas de financiamento para a atividade jornalística. Uma delas é o espaço publicitário. No entender do Coletivo de Autores alemães, a sobrevivência econômica obtida através da venda do espaço publicitário compromete a independência dos veículos de comunicação e amarra-os aos interesses dos anunciantes; em última análise, aos interesses de classe dos detentores do capital, que são tanto os anunciantes quanto os donos das empresas jornalísticas; que na maioria das vezes são colocados à frente dos interesses dos leitores.

Uma das preocupações levantadas por Toussaint (1979) é a capacidade do Estado de influir sobre os custos da atividade jornalística ou sobre a estrutura dos veículos de comunicação. Dependendo da forma como for usada, essa influência pode repercutir na linha editorial do veículo. A interferência pode se dar de várias formas, desde as normas jurídicas para a importação de papel, até a política de concessões de emissoras de rádio e televisão – no Brasil, as emissoras de rádio e de televisão são concessões do Estado –, passando pela distribuição das verbas publicitárias do Estado e das empresas públicas, que no caso brasileiro representam uma fatia importante do mercado.

No Caso Belinati, essa tentativa de usar o poder público foi manuseada pelo então prefeito Antonio Belinati para tentar inibir a política editorial das rádios CBN e Tabajara, que foram dois dos poucos veículos de comunicação que acompanharam e divulgaram as investigações do Ministério Público desde o começo. Além de cortar as verbas publicitárias das duas emissoras, que pertencem aos mesmos sócios, a prefeitura também tentou retomar uma pequena área cedida pela Companhia Municipal de Habitação de Londrina – Cohab – às emissoras, para a instalação das suas antenas de transmissão. O caráter de retaliação da medida gerou uma pressão social que impediu a retirada da antena daquela área.

De qualquer forma, esse episódio mostrou como o poder público pode ser usado para censurar ou para controlar os veículos de comunicação e o que eles publicam.

Há que se lembrar que, como vimos anteriormente, mesmo que os veículos de comunicação tenham independência econômica em relação ao Estado, isso não significa que essas empresas venham a se distanciar dos interesses de classe dos quais o Estado é portador na sociedade capitalista. A origem comum de ambos garante, senão a unidade total de interesses, uma proximidade muito grande, o que comprova que, mesmo que as empresas jornalísticas obtenham independência econômica com relação ao Estado, essencialmente haverá coincidência de interesses entre ambos.<sup>2</sup>

## **A Imprensa**

A imprensa tem papel fundamental no Caso Belinati, o escândalo de corrupção que resultou no desvio de milhões de reais<sup>3</sup> da Prefeitura de Londrina. Por trás da vontade do então prefeito de eleger o filho deputado estadual e a esposa vice-governadora, está o projeto do grupo político liderado por Antonio Belinati de se manter no poder. Eleger seus familiares é uma forma de manter e ampliar esse poder. A imprensa é fundamental para Belinati alcançar o seu objetivo, não porque o então prefeito gostava da mídia ou pelo fato dele ter começado sua vida profissional e sua escalada política nos meios de comunicação, na condição de radialista. Na verdade, como lembra Ciro Marcondes Filho, numa sociedade de classes, a imprensa é essencial para a legitimação do poder político nas mãos da classe dominante – no caso, a burguesia. A burguesia, à frente do Estado moderno, não sustenta sua dominação apenas no monopólio e no exercício da violência física. A

---

<sup>2</sup> Sobre essa proximidade de interesses, lembramos mais uma vez a reflexão de Armand Mattelart, Xavier Delcourt e Michèle Mattelart, já citada na nota 37 deste trabalho, na qual eles mostram que a indústria da cultura de massas, da qual a imprensa faz parte, é integrante do sistema político.

<sup>3</sup> Em 1998 a Prefeitura de Londrina vendeu 45% das ações da Sercomtel, empresa municipal de telefonia, por R\$ 186 milhões. De acordo com o Ministério Público, esse dinheiro teria sido a fonte que alimentou o desvio de recursos através de licitações fraudulentas. O destino desse dinheiro, ainda segundo as investigações do MP, teria sido o financiamento de campanhas eleitorais e o enriquecimento do próprio prefeito e de seus familiares. Até 2002 as ações movidas pelos promotores pediam o ressarcimento de R\$ 14 milhões aos cofres públicos, mas até 2006, quatro anos depois, o MP estava longe de propor ações com relação às cerca de 200 licitações sob suspeita e que estavam sob investigação.



divulgação de valores ideológicos colabora para a legitimação da sua dominação (MARCONDES, 1986, p. 77).

É nisso que consiste a importância estratégica dada por Belinati aos veículos de comunicação. Ao longo do terceiro e inacabado mandato de Belinati, a imprensa colaborou decisivamente para que o prefeito mantivesse uma imagem positiva e altos índices de aprovação junto ao eleitorado. Desde os primeiros dias do mandato, a imprensa mostrava um homem que “acorda cedo” para trabalhar e atender a população,<sup>4</sup> que é bem articulado e por isso tem capacidade de obter recursos estaduais, inclusive por contar com o apoio do governador<sup>5</sup> – o ex-prefeito Luiz Eduardo Cheida (PMDB), que antecedeu Belinati na prefeitura, recebeu poucos recursos estaduais nos dois últimos anos de governo, período em que conviveu com Jaime Lerner como governador –. Em outros momentos, apenas a publicação de uma foto reforçava a imagem de Belinati de “homem simples” e de humildade. Como na edição de 11 de agosto de 1998 do Jornal de Londrina, na qual aparece uma foto do então prefeito chupando pirulito na capa do jornal, na chamada de uma reportagem sobre a merenda escolar. A foto é estampada em três colunas, ocupando pouco menos de ¼ (um quarto) de página, na parte de baixo da capa, uma foto considerada grande, quando se trata da capa de um jornal.

A imagem que os jornais passam aos seus leitores é a de um prefeito que trabalha, é bem articulado e que adota medidas que beneficiam a população, como no caso do debate sobre a privatização da Sercomtel, que é iniciada já em fevereiro de 1997, no segundo mês de mandato, através de artigo do então presidente da empresa de telefonia, Rubens Pavan.

Mesmo nos momentos de crise, como no caso das contratações irregulares feitas na Comurb, no primeiro semestre de 1997 –a primeira denúncia de irregularidade com maior gravidade na gestão Belinati –, a imagem do prefeito não é atingida. “Belinati diz que exoneração ‘sanou o problema’ ”, noticia o Jornal de Londrina em 10 de julho de 1998, página 3A.

---

<sup>4</sup> Como citado na reportagem publicada no Jornal de Londrina, em 13 de março de 1998, na página 7A: “Belinati levanta cedo para ouvir a população”, o prefeito recebeu a população a partir das 5h no seu gabinete. Já na edição de 3 de janeiro de 1997, a primeira do jornal sobre o terceiro mandato do ex-prefeito, é relatado que Belinati realizou audiências a partir das 5h no seu primeiro dia de mandato.

<sup>5</sup> No dia 3 de janeiro de 1997, o Jornal de Londrina dá a seguinte manchete sobre a posse de Belinati: “Lerner diz que agora começa fase de parceria”.

Essa aparente “lua-de-mel” entre a imprensa e Belinati não era exatamente um “mar de rosas”. Em alguns momentos, a aparente harmonia era balançada por reportagens e investigações feitas por jornalistas de vários veículos. Alguns desses momentos permeados por notícias desconfortáveis para a administração são dignos de nota.

Um deles aconteceu entre outubro e novembro de 1998, logo depois das eleições. A Prefeitura de Londrina licitou um serviço de aerolevanteamento pelo valor de R\$ 8 milhões, mas foi obrigada a cancelar a licitação, devido à repercussão negativa da licitação. Em outubro de 1998, o Jornal de Londrina publicou, com base em anúncio cifrado publicado no caderno de classificados do jornal Folha de Londrina, o nome da empresa vencedora da licitação: a Esteio, de Curitiba, que segundo o Ministério Público teve grande participação no esquema de licitações fraudulentas da Comurb (MINISTÉRIO PÚBLICO... 2000, p. 183-203). No dia 15 de novembro (p. 3A), o Jornal de Londrina confirmou o que foi publicado na reportagem de outubro: “Contrato milionário: Licitação para fotos é controversa”. No dia 17 de novembro (p. 3A), o jornal volta à carga: “Fotos Aéreas: Prefeitura realiza trabalho por R\$ 3 mi”. Na reportagem, o então secretário da Fazenda, Luiz César Guedes, diz que o município estava executando o mesmo serviço a um valor bem menor, em convênio com a Sanepar, a Copel e a UEL.

Momentos como os que citamos confirmam a análise de *Ciro Marcondes Filho*, quando diz:

o jornal, portanto, embora produto-mercadoria capitalista, pode, mais do que as demais mercadorias não produzidas para a ‘indústria de consciência’, quebrar, se bem que parcialmente, o monolitismo fetiche-mercadoria da sociedade capitalista. (1986, p. 31)

Os episódios aqui citados são aqueles no qual o “encanto” é quebrado e nos quais é possível mostrar as contradições da sociedade, tendo em vista que o jornal é produzido sob essas mesmas contradições, que conseguem aparecer, ainda que parcialmente no resultado final, a mercadoria notícia.

### **Três Momentos**

Para entender o comportamento da imprensa no decorrer das investigações sobre o Caso Ama/Comurb, é preciso dividir os acontecimentos em três fases. São três momentos que também refletem a reação da sociedade ao teor das informações investigadas pelo Ministério Público.

O primeiro momento é de cautela e 'silenciamento'. A imprensa começa a noticiar as informações sobre as investigações, mas quando as investigações chegam perto do prefeito, há um constrangedor silêncio da maioria dos veículos de comunicação, que não só deixam de noticiar, como amenizam a situação do prefeito ao noticiar as investigações. Outro método usado pela imprensa nesse momento, foi "fingir" que estava noticiando o caso, "escondendo" as informações sobre corrupção em páginas pares, dando pouco destaque ao caso.

No momento seguinte, começa a resistência, tanto no interior das redações, quanto na sociedade. É um momento em que está para surgir o Movimento da Moralidade, uma coalizão da sociedade civil, comportando vários setores e suas contradições, do trabalho ao capital, passando por camadas médias, que dão o tom ao movimento, sob hegemonia do capital. É difícil mensurar datas para delimitar esse momento, já que falamos de um processo, mas podemos dizer que esse momento começa no segundo semestre de 1999 e passa a ter visibilidade a partir de setembro deste ano, quando a Câmara de Vereadores está discutindo a formação de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar as denúncias de irregularidades na gestão de Belinati. Depois de quase dois meses de debates e mobilizações, em 26 de outubro de 1999, a Câmara de Vereadores cria duas CEIs para investigar as denúncias de irregularidades. Mas isso só acontece por forte pressão popular. É essa mesma pressão que leva o Caso Ama/Comurb às páginas dos jornais londrinenses. Só no decorrer desse processo de mobilizações é que a Folha de Londrina dá uma manchete sobre o caso; antes, o assunto era "escondido" em páginas internas, muitas vezes sem uma chamada de capa.

A partir dessa resistência é possível chegar ao terceiro momento, que é o momento da ruptura, que acontece nos primeiros meses de 2000 com as votações das Comissões Processantes, na Câmara de Vereadores, uma das quais viria a cassar o mandato de Belinati em junho de 2000, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho. No momento em que Belinati é afastado do cargo de prefeito, através de liminar concedida pelo juiz da 6ª Vara Cível, Celso Saito, na Medida Cautelar

Inominada protocolada pelo Ministério Público e que viria a se tornar os Autos 307/2000, o bloqueio já está rompido.

## **CONCLUSÃO**

Analisar o comportamento da imprensa no Caso Ama/Comurb é importante para entender o papel do jornalismo na sociedade de classes, sua atuação e sua importância enquanto instrumento político da classe dominante para legitimar e manter o seu poder. Não podemos perder de vista a complexidade do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e seus reflexos sobre a sociedade, que se torna mais heterogênea. No Caso Ama/Comurb, o que se vê é uma fração da classe dominante lutando para manter o poder político, fazendo uso de recursos públicos para pagar gastos da campanha eleitoral e para comprar o silêncio e a simpatia da imprensa.

O grupo no poder tenta expandir a sua parcela de poder, elegendo mais representantes em postos estratégicos, como no parlamento estadual e federal e no Poder Executivo estadual.

A importância da imprensa nesse caso é que ela colabora com a manutenção do grupo em questão no poder. No momento em que as irregularidades começam a vir à tona, a imprensa está amarrada a esse grupo, mas o avanço das investigações, a repercussão e a dimensão dos fatos que estão sendo investigados tornam irreversível a ruptura com o silêncio. Isso deriva das contradições do sistema, que não podem ser brecadas, o que abre brechas e espaços na imprensa para que a sociedade civil possa ser ouvida e influencie no desdobramento dos fatos. No momento seguinte, a imprensa rompe o silêncio para garantir a sobrevivência econômica, e a fração da burguesia local que está excluída da administração pública obtém a hegemonia no processo de transição e consegue, com a ajuda da imprensa, uma transição da derrubada do prefeito supostamente corrupto para a volta à normalidade institucional, sem que a questão central, ou seja, o problema estrutural da corrupção no país, seja debatido com profundidade. A imprensa, com as técnicas já citadas nessa reflexão – personificação dos fatos sociais,

maniqueísmo, descontextualização – colabora decisivamente para a transição sob os limites da ordem.

Por outro lado, o Caso Ama/Comurb é interessante porque mostra que é possível a sociedade civil reagir e romper o cerco à divulgação das informações imposto pelo poder econômico – no caso Belinati, o principal motivo do ‘silenciamento’ da imprensa é econômico – mesmo que a origem desse dinheiro seja a estrutura administrativa do poder público. É verdade que os movimentos sociais e sindicais, enfim, os movimentos que representam os interesses do trabalho, não conseguem ser hegemônicos nesse processo, que é conduzido por frações da classe dominante.

Com relação à imprensa, o caso em estudo mostra uma situação detectada pelo jornalista Bernardo Kucinski num artigo no qual ele analisa a relação entre imprensa e corrupção. É a emergência do chamado “jornalismo denunciasta” no Brasil dos anos 90, período em que o tema corrupção ganha destaque no debate político e nas páginas da imprensa por influência do “acirramento das disputas políticas entre oligarquias em declínio, com o surgimento de novas e pesadas disputas pelo controle de empresas estatais privatizadas, e graças às facilidades das novas tecnologias” (KUCINSKI, 2001, p. 68). Uma característica negativa do “jornalismo denunciasta” que é levantada por Kucinski são eventuais alianças de jornalistas com determinados políticos para obter dossiês que incriminam seus adversários. No caso de Londrina, alguns grupos entram em cena na tentativa de faturar politicamente com o escândalo de corrupção protagonizado por Belinati, mas o resultado não chega a ser animador para esse grupo, que é derrotado de forma humilhante na eleição de 2000.

O lado positivo do chamado “jornalismo denunciasta”, segundo Kucinski, é a aliança de jornalistas com membros do Ministério Público “engajados na luta anticorrupção”, considerado um “fator importante” no desvendamento de casos rumorosos de corrupção (2001, p. 69) – ressalvados o que ele chama de “defeitos de qualidade”, como a publicação de denúncias sem comprovação, com evidente falha na apuração das informações.

Essa “aliança” citada por Kucinski acontece em Londrina, onde os promotores adotam uma postura de transparência com relação às investigações, dando acesso aos documentos sobre os quais não existe segredo de Justiça ou cuja

divulgação não prejudicaria as investigações. Não é, como querem fazer crer alguns dos réus do Caso Ama/Comurb, uma aliança na qual promotores e jornalistas discutem e decidem conjuntamente o que fazer, mas é uma aliança na qual a transparência do Ministério Público colabora com a imprensa e a divulgação das informações pela imprensa colabora com o trabalho dos promotores, no sentido de que a divulgação gera apoio social às investigações.

Além dessa “aliança” com os promotores, outra característica do Caso Ama/Comurb, no momento em que os meios de comunicação estão com as portas fechadas ou apenas “semi-abertas” para os fatos, é que os jornalistas que não conseguem publicar as informações apuradas nos veículos em que trabalham municiam os colegas com informações novas, que poderiam até ser “exclusivas”, não fosse o bloqueio à sua divulgação. Posturas como essa foram essenciais para conseguir romper o silêncio, reabrindo os canais de divulgação das informações.

Numa leitura mais ampla acerca da imprensa sob o modo capitalista de produção, podemos dizer que o Caso Ama/Comurb mostra que é possível que os movimentos sociais avancem, no sentido de romper o isolamento imposto aos mesmos pelo monopólio das versões, reflexo da concentração dos meios de comunicação. Romper o isolamento através de mobilização, fazendo com que as lutas sociais alcancem uma dimensão que torne impossível que a imprensa burguesa os ignore é uma das saídas. Romper o isolamento usando meios alternativos para divulgar suas propostas e sua ideologia, como no caso da internet e dos jornais sindicais e de movimentos sociais, é outra saída para fugir da ditadura do pensamento único.

Entendemos que romper o isolamento que impõe o pensamento único – característica marcante dos anos 90, quando a ideologia neoliberal gerou um consenso nos meios de comunicação, principalmente na chamada “grande imprensa” – é importante para avançar no sentido da democratização da vida social. Para sustentar essa afirmação, partimos do princípio de que, a concentração dos meios de comunicação em poucas mãos se configura como uma ameaça à democracia sem rótulos, ameaça essa que precisa ser combatida pela sociedade civil e, principalmente, pelos movimentos sociais.

Concluimos essa reflexão com a certeza de que, mais do que romper com os bloqueios da concentração dos meios de comunicação, é preciso avançar no

sentido de superar o modo capitalista de produção e as determinações oriundas desse modo de produção. Só assim poderemos ter uma sociedade realmente libertária, uma sociedade na qual a notícia deixe de ser mercadoria manipulada ao sabor dos interesses do poder econômico em detrimento da sociedade.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO; HORKHEIMER (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

ARBEX JR., José (2001). *Showrnalismo – a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela.

BESSA, Reinaldo (20 abr. 2000). Network. *Folha de Londrina*, Londrina. Caderno Folha Gente, p. 2.

CARDOSO, Fernando Henrique (jul./ago./set. 1977). Estado capitalista e marxismo. In: *Estudos Cebrap*, São Paulo, Edições Cebrap, n. 21, p. 5-21.

CERRONI, Umberto(1982). *Teoria do partido político*. São Paulo: Ciências Humanas.

CÉSAR, Délio (2001). *A primavera de Londrina*. Londrina: Midiograf.

COLETIVO DE AUTORES ALEMÃES (1984). *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, [Organização de Ciro Marcondes Filho]

FOLHA DE LONDRINA, 16 mar. 1999. Londrina, Caderno Folha Londrina, p.2.

\_\_\_\_\_. (9 abr. 1999). Londrina, p. 9.

\_\_\_\_\_. (21 maio 1999). Londrina, p. 4.

\_\_\_\_\_. (5 ago. 1999). Londrina, Caderno Folha Londrina, p. 3.

\_\_\_\_\_. (26 ago. 1999). Londrina, Caderno Folha Londrina, p. 2.

\_\_\_\_\_. (16 set. 1999). Londrina, Capa.

\_\_\_\_\_. (20 set. 1999). Londrina, Capa.

\_\_\_\_\_. (25 set. 1999). Londrina, p. 4.

\_\_\_\_\_. (29 set. 1999). Londrina, Caderno Folha Londrina, p. 2.

\_\_\_\_\_. (15 out. 1999). Londrina Caderno Folha Londrina, p. 2.

- \_\_\_\_\_. (27 out. 1999). Londrina, Capa.
- \_\_\_\_\_. (4 jan. 2000). Londrina, Caderno Cidades, p. 4.
- \_\_\_\_\_. (8 jan. 2000). Londrina, Caderno Cidades, p. 3.
- \_\_\_\_\_. (15 jan. 2000). Londrina, Caderno Cidades, p. 7.
- \_\_\_\_\_. (20 jan. 2000). Londrina, Caderno de Esportes, p. 3.
- \_\_\_\_\_. (1 fev. 2000). Londrina, Caderno Cidades, p. 4.
- \_\_\_\_\_. (4 fev. 2000). Londrina, Caderno Cidades, p. 6.
- \_\_\_\_\_. (9 fev. 2000). Londrina, Caderno Cidades, p. 7.
- \_\_\_\_\_. (18 fev. 2000). Londrina, Caderno Cidades, p. 5.
- \_\_\_\_\_. (19 fev. 2000). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (20 fev. 2000). Londrina, Primeiro Caderno, p. 4.
- \_\_\_\_\_. (22 fev. 2000). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (24 fev. 2000). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (5 abr. 2000). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (20 abr. 2000). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (17 maio 2000). Capa. Londrina.
- \_\_\_\_\_. (4 maio 2001). Londrina, Edição Extra, p. 1.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1992). *Novo manual da redação*. 6. ed. São Paulo: Folha de São Paulo.
- GIANOTTI, José Arthur (abr./maio./jun. 1977). Em torno da questão do Estado e da burocracia. In: *Estudos Cebrap*, São Paulo, Edições Cebrap, n. 20, p. 111-130.
- GRAMSCI, A (1968). *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA (12 abr. 2000). Laudo de exame e de gravação de fita de vídeo nº 43.534.
- JORNAL DE LONDRINA (3 jan. 1997). Londrina, p. 1.
- \_\_\_\_\_. (20 maio 1997). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (3 jul. 1997). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (1 mar. 1998). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (13 mar. 1998). Londrina, p. 7A.
- \_\_\_\_\_. (10 jul. 1998). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (11 ago. 1998). Londrina, p. 1.
- \_\_\_\_\_. (15 nov. 1998). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (17 nov. 1998). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (13 mar. 1999). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (24 mar. 1999). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (17 abr. 1999). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (14 maio 1999). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (15 maio 1999). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (23 jun. 1999). Londrina, p. 1.
- \_\_\_\_\_. (15 jul. 1999). Londrina, p. 2A.
- \_\_\_\_\_. (3 ago. 1999). Londrina, Capa.
- \_\_\_\_\_. (21 ago. 1999). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (26 ago. 1999). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (27 ago. 1999). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (29 ago. 1999). Londrina, p. 5A.
- \_\_\_\_\_. (16 set. 1999). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (6 out. 1999). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (14 out. 1999). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (30 dez. 1999). p. 3A .



- \_\_\_\_\_. (31 dez. 1999). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (9 fev. 2000). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (14 mar. 1999). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (24 mar. 2000). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (31 mar. 2002). Londrina, p. 6A-7A.
- \_\_\_\_\_. (4 abr. 2000). Londrina, p. 3A.
- \_\_\_\_\_. (5 abr. 2000). Londrina, p. 2A.
- \_\_\_\_\_. (7 abr. 2000). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (20 abr. 2000). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (5 maio 2001). Londrina, p. 1A.
- \_\_\_\_\_. (16 maio 2000). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (23 jun. 2000). Londrina, p. 5A.
- \_\_\_\_\_. (27 jul. 2001). Londrina.
- \_\_\_\_\_. (28 jul. 2001). Londrina.
- JORNAL DO SINDERV, set. 1999.
- KUCINSKI, Bernardo (1996). *Jornalismo econômico*. São Paulo: EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (dez. 2001). Notas sobre política, jornalismo e corrupção. *Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior*, Brasília, n. 25, p. 64-69.
- MARCONDES FILHO, Ciro (1986). *O Capital da notícia – Jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática.
- MARINÓSI FILHO, Trigueiros; MARINÓSI NETO (1991). Trigueiros. *História da imprensa de Londrina – do baú do jornalista*. Londrina: Ed. UEL.
- MARX, Karl (1978 a). *O Capital livro I, Capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas.
- \_\_\_\_\_. (2001. v.1). *O Capital – Crítica da Economia Política – Livro Primeiro: O processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1978b) O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: *Marx – Manuscritos Econômicos – Filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, (Coleção Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_.; ENGELS, Friedrich (1984). *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec.
- MATTELART, Armand; DELCOURT, Xavier; MATTELART, Michèle (1987). *Cultura contra democracia? – O audiovisual na época transnacional*. São Paulo: Brasiliense.
- MICHALET, Charles Albert (1984). *O capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MILIBAND, Ralph (1972). *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MINISTÉRIO PÚBLICO (2000). *Medida Cautelar Inominada*. Autos 307.
- NAVARRO, Vicente (1995). *Produção e estado do bem-estar: o contexto das reformas*. In: LAURELL, Asa Cristina. *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez.
- O ESTADO DE SÃO PAULO (1990). *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo.
- \_\_\_\_\_. (20 fev. 2000), São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (22 fev. 2000), São Paulo.
- OLIVEIRA, Luzia Herrman de (1992). *A sedimentação partidária em questão – os partidos no Paraná: 1979-1990*. Londrina: Relatório de Pesquisa Parte I.
- \_\_\_\_\_. (1992). *A sedimentação partidária em questão – os partidos no Paraná: 1979-1990*. Londrina: Relatório de Pesquisa Parte II.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Reformas institucionais e interesses políticos – uma análise regional: Londrina/PR*. Londrina: Ed. UEL.

- PACCOLA, Carina. (1999). *O discurso de campanha de Antonio Belinati: elementos para uma análise sociológica*. Monografia (Especialização em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- POULANTZAS, Nicos (1970). *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. México: Siglo XXI.
- ROSSI, Clovis. (1980). *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, (Coleção Primeiros Passos).
- SADER, Eder. (1988). *Quando novos personagens entram em cena – Experiências. Falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SILVEIRA, Ricardo de Jesus (1997). *As Associações de Moradores e a construção do espaço público: um exercício de cidadania. (Estudo sobre o movimento de Associações de Moradores em Londrina)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SODRÉ, Néelson Werneck (1983). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- TOMAZI, Nelson Dacio (2000). *“Norte do Paraná” Histórias e Fantasmagorias*. Curitiba: Aos Quatro Ventos.
- TOUSSAINT, Nadine(1979). *A economia da informação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- WEFORT, Francisco Corrêa (1986). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.